

ABIROCHAS

Associação
Brasileira da
Indústria de
Rochas
Ornamentais

Informe 14/2009



PERSPECTIVAS PARA A RETOMADA
DAS EXPORTAÇÕES BRASILEIRAS
DE ROCHAS ORNAMENTAIS:
MUITO ALÉM DO AJUSTE CAMBIAL E
DA SUPERAÇÃO DA CRISE ECONÔMICA



Associação Brasileira da Indústria de Rochas Ornamentais – ABIROCHAS
Avenida Paulista, 1313 – 8º andar – sala 802 – Bela Vista – São Paulo – SP
Cep 01311-200 – Fone (11) 3253-9250 – Fax (11) 3253-9458
abirochas@abirochas.com.br - www.abirochas.com.br

PERSPECTIVAS PARA A RETOMADA DAS EXPORTAÇÕES BRASILEIRAS DE ROCHAS ORNAMENTAIS: MUITO ALÉM DO AJUSTE CAMBIAL E DA SUPERAÇÃO DA CRISE ECONÔMICA¹

Existem vários indicadores favoráveis, porém ainda não inequívocos, da retomada do crescimento nas principais regiões econômicas mundiais, ou pelo menos de que a atividade produtiva está se contraindo mais lentamente nessas regiões, o que traduziria uma perspectiva real de retomada do crescimento.

Boa parte da melhoria recente foi atribuída à recomposição de estoques e principalmente ao impulso da recuperação chinesa. O retorno efetivo do crescimento continuado não estaria, contudo, assegurado em muitas partes do mundo.

A avaliação do cenário da crise e seus desdobramentos estão sendo permeados, no Brasil, pela discussão dos efeitos, a médio e longo prazos, da excessiva valorização do Real e da participação crescente de produtos básicos nas exportações.

Segundo alguns analistas, esse quadro é prejudicial à indústria brasileira de transformação, sobretudo para os setores mais dependentes das exportações. Para outros analistas, o país fica mais rico, porque vende commodity mais caro e compra manufaturado mais barato, aumentando o consumo interno e o investimento.

É importante que as instituições governamentais e os segmentos empresariais ligados ao setor de rochas ornamentais fiquem bastante atentos a esta questão, pois é muito clara a tendência de aumento da participação de rochas brutas – que seriam as commodities do setor – em relação às rochas processadas – correspondentes às suas manufaturas ou produtos industrializados –, nas exportações brasileiras.

Estudos da APEX, baseados em um modelo econométrico (modelo de séries de tempo estrutural univariável), apontam para excelentes resultados na balança comercial brasileira ainda em 2009. Os autores do estudo reconhecem, no entanto, que essa recuperação no valor das exportações se deve a uma mudança na composição das vendas externas, com aumento de participação de bens primários e queda de manufaturados, em muitos casos deslocados de mercados tradicionais pelos industrializados chineses, mais baratos.

Curiosamente, o incremento das commodities, que se contrapõe ao aumento dos industrializados na pauta das exportações, está também ligado à emergência da China, como mercado robusto para os bens primários brasileiros. Assim, tudo o que nos diz respeito

¹ Este texto foi elaborado pelo geólogo Cid Chiodi Filho – Kistemann & Chiodi Assessoria e Projetos, para a ABIROCHAS – Associação Brasileira das Indústrias de Rochas Ornamentais, em 28 de agosto de 2009, Belo Horizonte – MG.

em relação a comércio exterior é hoje dependente da China: por um lado a queda nas exportações de manufaturas e por outro o incremento das commodities.

Uma das molas propulsoras dessa tendência é o referido movimento de valorização do Real, que tende a reduzir os investimentos na indústria brasileira de transformação e provoca perda de competitividade dos produtos manufaturados brasileiros nos mercados interno e externo. A apreciação cambial é por isso considerada um “falso brilhante” e não recomendaria “abrir champagne” para brindar os resultados do estudo da APEX.

Com o Real forte, o Brasil estaria implementando um modelo econômico voltado para o mercado interno e de difícil sustentação num mundo globalizado. Neste modelo a demanda interna precisa crescer a taxas chinesas, para garantir incremento do PIB e compensar o enfraquecimento das vendas externas. Fecha-se um ciclo vicioso, diante da perspectiva de atendimento da demanda interna com produtos importados.

Defende-se uma maior intervenção do Banco Central no mercado de câmbio, para se neutralizar a tendência de queda do dólar. Advoga-se pelo corte ainda maior da taxa de juros, como forma de inibir a entrada de dólares e travar o atual movimento de valorização do Real.

O discurso mais contundente sobre o assunto, e que parece traduzir melhor suas implicações para o setor de rochas, foi apresentado pelo Prof. Márcio Holland, da FGV – EESP, na edição de 08.08.2009 do jornal Valor Econômico, sob o título “Por que taxa de câmbio importa?”. Algumas menções desse artigo são obrigatórias: *“A China é hoje muito mais um retrato de nossa maldição de recursos naturais do que de oportunidades de negócios”...* *“Exportar commodities é perpetuar a dependência do crescimento econômico à volatilidade dos termos de troca”...* *“Uma taxa de câmbio persistentemente apreciada inibe a produção voltada para exportações de produtos manufaturados e limita o crescimento aos ciclos de alta dos preços das commodities”...* *“Somos mesmo um país de sorte, não de política de desenvolvimento. Contamos com a sorte e com ela crescemos e exportamos mais, sempre mais do mesmo”.*

A realidade do setor de rochas é de fato absolutamente simpática à tendência de desindustrialização e perda de competitividade já observadas para outros segmentos dependentes das exportações. A queda acumulada do dólar, apenas em 2009, já atingiu 26% e teve forte impacto na rentabilidade das vendas externas, fazendo com que nem o apetite chinês e nem a perspectiva de melhorias em 2010, contrabalancem o que está se chamando de “soco no estômago” do exportador.

A política anticrise do governo brasileiro, calcada em medidas anticíclicas que ajudaram a puxar o crescimento do mercado interno, não foi capaz de compensar uma queda de quase 20% na rentabilidade das exportações. Para o setor de rochas, o próprio mercado interno tem sido até mais negativamente afetado, do que propriamente beneficiado, pela valorização do Real, pois cresce a presença de produtos importados.

Do ponto de vista das exportações do setor de rochas, também como tendência, deve-se projetar o aumento de participação de matérias-primas, produtos primários, bens primários, commodities ou como se queira chamar as nossas rochas brutas em blocos, no faturamento e no volume físico total comercializado. Estão realmente muito reduzidas as margens de lucratividade dos produtos comerciais do setor, o que tem promovido a perda de atratividade das rochas ornamentais como área de negócio. Não por acaso, o número de empresas brasileiras exportadoras de produtos comerciais do setor de rochas reduziu-se de mais de 800 em 2005 para cerca de 400 em 2009.

Uma economia baseada na produção e comercialização de bens primários, com pequeno valor agregado, fica muito limitada quanto à possibilidade de se alcançar taxas mais expressivas de crescimento do PIB. Nesta condição, mesmo sendo a 9ª economia industrial do mundo, o Brasil ainda produz menos de 2% do PIB mundial e contribui com menos de 1,5% do comércio mundial. Fazendo-se novamente uma analogia com o setor de rochas, o Brasil respondeu em 2007 por apenas 4,3% do comércio internacional de rochas processadas especiais, apesar de ter sido o 5º maior exportador mundial desses produtos no período.

Pela falta de competitividade, quase todos os produtos manufaturados brasileiros estão perdendo para a China seu espaço no mercado internacional. Para quem duvida da capacidade de deslocamento das exportações brasileiras pela China, estudos mostram que em indústrias como a siderúrgica, de autopeças, de celulares e de máquinas de processamento de dados, houve perdas de mercado de até 98% na América do Sul, Europa e Estados Unidos.

Com os atuais indicadores, fica a impressão que o Brasil não conseguirá cumprir a desejada trajetória de evolução e qualificação das suas atividades produtivas, pela atual dificuldade de suplantar o estágio de mero fornecedor de bens primários. No setor de rochas ornamentais, teme-se que o Brasil retorne à condição de fornecedor de rochas brutas e evolua como importador de rochas processadas, matando a indústria nacional.

Já está claro que com o processo de globalização da economia, os setores de atividade não competitivos no mercado internacional também não o serão nos seus próprios mercados domésticos. O Brasil é considerado um mercado imobiliário emergente e tem despertado a atenção de grandes grupos investidores estrangeiros, não só para construção e venda de imóveis como, inclusive, para fornecimento de materiais de revestimento.

A última edição da revista Rochas de Qualidade, que apresenta uma ampla reportagem sobre a Casa Cor SP, fornece uma dica de quais serão esse materiais de revestimento: serão preferencialmente importados e incluirão uma grande variedade de produtos aglomerados e cerâmicos.

Duas questões distintas ficam aqui colocadas para discussão. A primeira é se o modelo econômico calcado na produção e exportação de commodities pode ser interessante para o Brasil a médio e longo prazos. A outra é se esse modelo interessa especificamente ao setor de rochas no Brasil. A resposta da primeira questão divide opiniões, mas a da segunda é certamente “não”.

Sobre o problema do câmbio, que tem se tornado mais agudo e permeado todo o noticiário econômico recente, existem duas correntes de pensamento: o dos analistas chamados “liberais” e os designados “desenvolvimentistas”. Esses analistas concordam quanto às causas do processo, mas divergem nos métodos de controle e prováveis desdobramentos.

As causas seriam a perda do valor do dólar no mercado global, a grande atratividade brasileira num cenário de crise internacional e o diferencial entre os juros internos e externos, que fomentaria movimentos especulativos relacionados a investimentos estrangeiros diretos e à entrada de recursos para o mercado de capitais (bolsa). Em um cenário de recuperação da China, a alta de preços das commodities é vista como outro importante fator de fortalecimento do Real.

Os analistas liberais preconizam a continuidade da estratégia de intervenção do Banco Central, através de compra de dólares, bem como pela contenção dos gastos públicos. Os desenvolvimentistas advogam por medidas mais incisivas de controle, como a fixação de permanência mínima para o capital estrangeiro no país – a chamada “quarentena” –, e até pela introdução de algum imposto na exportação de produtos primários, o que no entanto é por eles mesmos considerado “politicamente inviável”.

As chances de melhoria estariam assim condicionadas a reformas tão complexas e remotas quanto improváveis, que permitissem promover o aumento de produtividade das empresas e a sua maior competitividade no mercado externo. O conjunto de ações recomendadas incluiria os já referidos controles de capitais e contenção dos gastos públicos, além de investimentos na infraestrutura, consolidação do marco regulatório e as desacreditadas reformas tributária e trabalhista. Ainda mais inatingível seria incrementar o nível de poupança pública, através de aumentos bem menores para o funcionalismo e o salário mínimo, com se tudo isto fosse possível em um país tão intrincadamente envolvido com fisiologismos e ações de viés político.

Pior é deixar sugerido, segundo algumas manifestações, que as medidas de controle de capitais, além de ineficazes, tendem a ser dribladas com facilidade, pois o Brasil não tem uma economia fechada como a da China. Está se assumindo que a prática do capitalismo moderno é favorecida sob regimes não democráticos, onde são politicamente viáveis e corretos quaisquer mecanismos de dumping, pirataria industrial, controle cambial, protecionismo comercial e outros artifícios, patrocinados pelo estado desde que os fins justifiquem os meios.

Com a sensação que o país já está no pós-crise, os empresários brasileiros felizmente passaram a demonstrar efetiva preocupação com a competitividade do setor industrial, frente ao desempenho da balança comercial, ao impacto do Real apreciado e à necessidade da retomada dos investimentos nas áreas de logística e infraestrutura. Inclusive alguns assessores do BNDES avaliam que o Real apreciado é hoje o principal problema da economia brasileira, destacando que o dólar não se desvalorizou igualmente em todo o mundo. Um indicador do FED aponta que desde o início do ano, o Real teria se valorizado mais de 20%, contra apenas 4% de uma cesta ampla de moedas.

Para Gustavo Loyola, ex-presidente do Banco Central, as políticas cambiais intervencionistas não ajudam a solucionar os problemas da indústria nacional, de fato ligados à elevada carga de tributos, infraestrutura cara e ineficiente, estado excessivamente burocrático, etc. Dessa forma, afirma Loyola, a pretensão de afetar a trajetória do câmbio, por meio de controles de capitais, parece fadada ao insucesso.

O economista Edgard Pereira, professor da UNICAMP, refere que a valorização do câmbio se acentuou a partir de 2006 e reduziu a rentabilidade das exportações de manufaturados, tratando como erro ter-se permitido a intensificação da queda do dólar nesse período. Seria motivo de preocupação a perspectiva da indústria manufatureira, não apenas pelo impacto do câmbio apreciado sobre as exportações, como pelo risco da perda de espaço da produção doméstica pelas importações.

Deve-se perguntar se o mercado interno tem condições de sustentar o crescimento continuado da economia, pois sua atual dinâmica foi anteriormente alimentada pelos empregos e salários dos trabalhadores que produziam para abastecer o mercado externo. Esse questionamento é calcado no fato de que a fatia da produção industrial destinada à exportação recuou 12% nos últimos 12 meses, o que seria muito elevado mesmo considerando os índices da recessão mundial nesse período.

Afinal, lembra a editoria do jornal Valor Econômico de 18.08.2009 (Brasil – pg. A2), o Brasil tem 192 milhões de consumidores, mas sua renda per capita ainda oscila entre $\frac{1}{3}$ e $\frac{1}{4}$ da renda dos países ricos. O Brasil não poderia viver só do mercado interno e deveria inclusive ultrapassar os 15% da produção destinados à exportação que atingiu em 2005.

O Prof. Luiz Gonzaga Belluzzo, da UNICAMP, manifesta grande preocupação com o efeito do dólar barato sobre a indústria manufatureira, considerando que a especialização exagerada na produção de commodities pode causar problemas para um país grande e populoso como Brasil. Com o câmbio excessivamente valorizado, observa Belluzzo, a atividade das empresas que fabricam produtos de maior valor agregado e geram empregos mais qualificados pode ser duramente atingida.

Para Beluzzo, os recursos destinados a aproveitar o diferencial entre juros externos e internos e para a bolsa têm um papel fundamental no fortalecimento do câmbio, observando-se que a valorização do Real já atingiu 26,62% apenas em 2009. O Prof. Belluzzo

sugere um conjunto de medidas que dificultaria a especulação com o Real, destacando: a cobrança de IOF para o dinheiro que chega ao Brasil, visando os títulos de renda fixa e o mercado de ações; a elevação dos depósitos de margem para operação no mercado futuro de câmbio; a interferência nas posições cambiais dos bancos; e, num quadro inflacionário tranquilo, uma queda adicional da taxa SELIC.

Como se pode perceber, a apreciação cambial impõe muitas dificuldades à indústria brasileira, constituindo um problema de difícil solução de acordo com vários analistas. Os entraves competitivos brasileiros, no mercado externo, têm, no entanto, bases muito mais profundas e extrapolam a questão cambial.

Segundo estudo do Banco Mundial, apresentado na edição de 2009 da publicação "Doing Business 2", o Brasil se coloca em 125º lugar, entre 181 países pesquisados, no que se refere à favorabilidade do ambiente de negócios para pequenas e médias empresas. O estudo avalia diversos fatores concorrentes para a dificuldade de se desenvolver negócios, como o tempo necessário para se abrir uma empresa, os entraves impostos pela legislação para se admitir funcionários, o acesso a crédito, o pagamento de impostos, o arcabouço legal que regula o comércio internacional, os mecanismos que asseguram o cumprimento de contratos e o respeito aos direitos de propriedade.

O sistema tributário brasileiro seria, a propósito, de longe o pior entre os 181 países pesquisados, no que se refere ao número de horas de trabalho administrativo requerido para recolher os impostos. As pequenas e médias empresas brasileiras empregam, em média, 2600 horas nesse trabalho, ante uma média de 529 horas dos países da América Latina e Caribe e de 192 horas dos países da OCDE – Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (www.oecd.org).

A complexidade do nosso sistema tributário demanda elevada aplicação de tempo e energia na busca de alternativas de diminuição da carga de impostos de pessoas físicas e jurídicas, tirando o foco dos ganhos de produtividade e da melhoria da qualidade dos bens e serviços. Por parte do governo, afirmam os analistas, melhor seria a busca de uma maior racionalidade na arrecadação e no gasto público, pois o atual "caos tributário" debilita fortemente a economia e reduz seu potencial de crescimento.

A queda das exportações do setor de rochas não deverá ser, portanto, automaticamente superada com o fim da crise global e nem com a eventual recuperação do mercado imobiliário dos EUA, sequer com um improvável ajuste do câmbio. Existem vários outros fatores sistêmicos de competitividade necessários para a retomada do desenvolvimento do setor de rochas, além daquele relativo à postura do Banco Central frente à valorização do Real.

Os problemas brasileiros são na realidade anteriores à crise atual e podem ser visualizados a partir dos padrões de evolução das exportações chinesas de rochas ornamentais, pois a China representa o novo paradigma competitivo mundial do setor. O

faturamento das exportações chinesas de rochas experimentou crescimento de 19,4% em 2007 e 15,1% em 2008². O faturamento das exportações brasileiras de rochas teve variação positiva de 4,62% em 2007 e uma queda de 13,17% em 2008, projetando-se novo recuo de 30-35% em 2009.

De forma compatível à evolução das exportações de commodities, prevê-se que deverá gradualmente aumentar a participação de materiais brutos (blocos) no total das exportações brasileiras de rochas. Essas exportações deverão assim retornar ao patamar de US\$ 1 bilhão talvez apenas em 2016, com um volume físico de 2,73 milhões t comercializado. As rochas brutas perfariam neste caso 62% do volume físico e cerca de 32% do faturamento das exportações, contra os atuais 50% e 20%, persistindo a tendência de aumento de sua participação no total exportado.

Citando o Prof. Márcio Holland, da FGV, "exportamos mais, sempre mais do mesmo".

Referências Utilizadas na Elaboração deste Texto

1. Jornal Valor Econômico

Data	Título da Matéria	Caderno/Autoria	Pág.
17.08.09	O pior já passou nos EUA? Ainda é cedo para dizer.	Análise (Financial Times)	
17.08.09	Crise freia construção e adia plano de Moscou de ser uma nova Dubai.	Andrew Osborn (The Wall Street Journal)	
21.08.09	Belluzzo defende IOF para evitar apreciação do real.	Sérgio Lamucci	
21.08.09	Calote em habitação bate recorde nos EUA.	Kathleen M. Howley (Bloomberg News)	
03.08.09	Indústria chinesa avança para liderança mundial.	Timothy Aepfel (The Wall Street Journal)	
03.08.09	Economia não melhora, só se apóia mais no Estado.	Análise (Financial Times)	
03.08.09	Razões de otimismo com as exportações.	Sérgio Leo	A2
04.08.09	O preço já ajuda, mas o câmbio ainda mata.	Denise Neumann	A2
04.08.09	Indústria global reage e reforça cenário positivo.	Ralph Atkins e Simone Baribeau (Financial)	A10
04.08.09	Após a crise, país ganha destaque entre os Bric.		
05.08.09	Por que taxa real de câmbio importa?	Márcio Holland	A11
06.08.09	Real forte traz de volta temor sobre o futuro da indústria.	Vera Saavedra Durão e Ana Paula Grabois	A14
07-09.08.09	Aposta "irracional" no real preocupa governo.	Cláudia Safatle	A2
12.08.09	Sugestões para conter câmbio vão do corte de gastos à "quarentena".	Sérgio Lamucci	A14
13.08.09	Crise passou, e risco é câmbio, diz indústria.	Cibelle Bouças	A6
17.08.09	Candidatura Meirelles redobra pressão sobre rumos da política monetária.	Cristiano Romero	A7

² As exportações chinesas de rochas totalizaram US\$ 3,94 bilhões em 2008, ultrapassando as brasileiras, em volume físico, no mercado dos EUA.

Data	Título da Matéria	Caderno/Autoria	Pág.
17.08.09	Real forte é o ponto fraco da economia brasileira.	Vera Saavedra Durão	A6
17.08.09	Controle de capitais não é solução.	Gustavo Loyola	A13
17.08.09	Cai parcela de produção exportada pela indústria.	Sérgio Lamucci e Vera Saavedra Durão	A1
17.08.09	Demanda interna e câmbio reduzem fatia que indústria exporta.	Sérgio Lamucci	A4
18.08.09	Bastam 192 milhões de consumidores?	Denise Neumann	A2
19.08.09	O dólar furado.	David Kupfer	A13
20.08.09	Especialização pode prejudicar emprego, avaliam analistas.	Sérgio Lamucci	A7
21-23.08.09	Saída suave da crise e câmbio detêm volta do investimento.	Brasil	A11
21-23.08.09	Pregão vê economia aquecida e sobe juro.	Luiz Sérgio Guimarães	C2
24.08.09	Um primeiro lugar que nos envergonha.	Alexandre Bassoli	A10

2. The 10th China Xiamen International Stone Fair – Invitation. Xiamen Jinhongxin Exhibition Co., Ltd. Folder impresso. www.stonefair.org.cn / www.cxisf.com